

CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA EDUCACIONAL: CONCEPÇÕES DOS EDUCADORES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FORMOSA- GOIÁS

Resumo: A comunicação constitui uma das principais barreiras para a inclusão no ensino regular pela própria dificuldade que o educando tem de interação com o professor e os próprios colegas. Dentre os avanços que a educação deve ter em relação à inclusão o mais importante refere-se ao recurso humano. Os avanços que a educação vem alcançando trazem oportunidades para que a escola seja capaz de cumprir sua função de inclusão social e educacional. O objetivo dessa pesquisa foi averiguar por meio do professor, em situação real de sala de aula, como se encontra a atuação da educação inclusiva e os principais problemas que dificultam a inclusão em classes de ensino regular. Para alcançar esse objetivo adotou-se como recurso a pesquisa descritiva e qualitativa, envolvendo duas escolas, tendo como amostra 30 professores. Detectar as dificuldades encontradas pelos educadores e pelos alunos para subsidiar novas possibilidades de aprendizagem é de fundamental importância. Observou-se que o principal problema enfrentado para a consolidação da inclusão está relacionado à falta de capacitação profissional, como também, uma infraestrutura deficiente. Os dados obtidos nessa pesquisa possibilitaram uma visão crítica em relação à efetivação da proposta inclusiva, além de detectar os esforços dos docentes para sua concretização.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Investimentos, Capacitação docente.

1 INTRODUÇÃO

Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa. (MANTOAN, 2006)

A educação especial que segundo a LDB atende alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, é um fato presente no âmbito das escolas o que possibilita a concretização da educação inclusiva. O acesso por si só não garante a permanência desses sujeitos na escola, visto que são inúmeros os empecilhos que podem colaborar para o insucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Os problemas são originados por fatores que vão desde as barreiras da comunicação, até aos aspectos teórico-metodológicos. A dificuldade de articulação e interação requer do professor maior capacitação para trabalhar com as linguagens diferenciadas, como forma de favorecer os alunos e uma infraestrutura que ofereça suporte pedagógico.



Para tanto, as reflexões estão organizadas em dois momentos: o primeiro relata sobre o amparo e a construção de uma proposta Inclusiva através de leis em forma bastante sucinta. O segundo apresenta algumas questões referentes ao contato dos professores com a educação inclusiva, como também, capacitação e infraestrutura das escolas, sempre procurando fazer diálogos com autores que relatam sobre a temática.

A questão da capacitação e infraestrutura são abordadas segundo as visões dos docentes que atuam nos objetos de estudo, pois há uma preocupação em subsidiar a qualidade no atendimento dos estudantes inclusivos, sendo a capacitação e a infraestrutura elementos fundamentais para oferecer um melhor suporte a educação inclusiva que perpassa todos os níveis de ensino.

Os resultados da pesquisa podem ser analisados nos gráficos, que mostram de forma clara as percepções apontadas pelos professores e assim refletem os novos rumos a serem tomados, para que a educação inclusiva seja realmente de qualidade no que tange a educação do município.

Compreender como os professores percebem a estruturação do sistema é de grande valia para o entendimento da realidade vivenciada pelos agentes e sujeitos do processo de ensino e aprendizagem e como estão inseridos em cada contexto.

Torna-se fundamental, portanto, a proposta dessa pesquisa pela reiterada importância dada ao ensino inclusivo na atualidade, além de relatar concepções dos professores em situação real de sala de aula, pretendendo esta reflexão contribuir no intuito de compreender a implementação da educação inclusiva na cidade de Formosa-GO. A pesquisa destaca também o objetivo de servir de subsídio educacional para mudanças tão esperadas no âmbito educacional.



2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A sugestão de trazer para a discussão as concepções dos professores sobre a educação inclusiva e a forma em que a proposta tem sido implantada nas escolas municipais de Formosa-GO, foi baseada nos procedimentos metodológicos característicos da pesquisa exploratória de abordagens qualitativas dos resultados alcançados.

A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2012, em área urbana de Formosa, Goiás, junto aos educadores de duas escolas municipais. Para Gil (2010), as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito e construir hipóteses.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, pois segundo Marsiglia (2006), é quando o pesquisador apenas coloca alguns tópicos para expressar o que pensa sobre eles, pois a entrevista é de grande relevância para alcançar as finalidades propostas. A preferência por essa técnica justifica-se por fazer uma aproximação com os envolvidos na educação inclusiva na busca de entender as questões norteadoras deste trabalho.

Foi aplicado um questionário previamente elaborado, onde constam as questões da pesquisa baseadas nos objetivos traçados na delimitação do estudo. A amostra totalizou 30 participantes, sendo 15 da Escola I e 15 da Escola II.

3 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS FUNDAMENTOS LEGAIS PARA A PROPOSTA EDUCACIONAL INCLUSIVA

Mesmo tendo uma legislação brasileira que resguarda a inclusão dos portadores de necessidades especiais no que se refere o âmbito educacional, estas leis não garantem a real efetivação de uma inclusão que venha suprir as necessidades de tais alunos, apesar disso as mesmas fazem parte da construção de uma proposta educacional mais inclusiva para o sistema educacional do país.



São inúmeros os documentos onde estão declarados os direitos dos portadores de necessidades especiais, como a Declaração de Salamanca; Convenção de Guatemala; Declaração Internacional de Montreal no aspecto inclusivo, e além de leis no Brasil: a Constituição Federal de 1988 (CF), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB), incluindo inúmeros decretos complementares que garantem a educação como direito de todos, bem como o atendimento das necessidades de cada um.

Assim a LDB (1996) expõe em seu artigo 59 que,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, 1996)

E ainda vale lembrar que no artigo segundo da LEI Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, assegura o pleno exercício de direitos básicos para os portadores de necessidades especiais:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo a infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1989).



Assim é possível entender que as políticas públicas voltadas para a educação estão pautadas nas leis que estabelecem os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, e como se observa um desses direitos é a educação, pois compreende uma grande responsabilidade social em propiciar o desenvolvimento cognitivo, como também, a integração de tais portadores de necessidades especiais com outros indivíduos.

Destaca-se ainda, o art. 208, da Constituição Federal (1988) o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Além disso, a constituição em seu art. 205, está expresso que “A educação é direito de todos”. Portanto é possível notar a relevância da educação como fonte de desenvolvimento para qualquer pessoa incluindo os portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1988).

É preciso ressaltar neste momento que nem sempre aconteceu desta maneira como está documentado nas leis, pois como aborda Mittler (2000), durante muitos anos as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram afastadas do convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e todo tipo de crendice.

Nesse sentido a Declaração de Salamanca é um dos textos mais completos e esclarecedores sobre a inclusão, onde evidencia que a educação inclusiva não se refere somente aos deficientes, mas sim, a todas as pessoas (SASSAKI, 1997).

Deste modo os delegados da conferência mundial de educação acreditam e proclamam que,

toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada

na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Nessas condições, percebe-se que todos, sem distinção, têm direito a educação e que é dever do Estado assegurar a implementação da educação inclusiva em condições favoráveis para a atuação da prática educativa, tal como o bom desempenho dos docentes.

4 CONCEPÇÕES DOS DOCENTES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS ANALISADAS

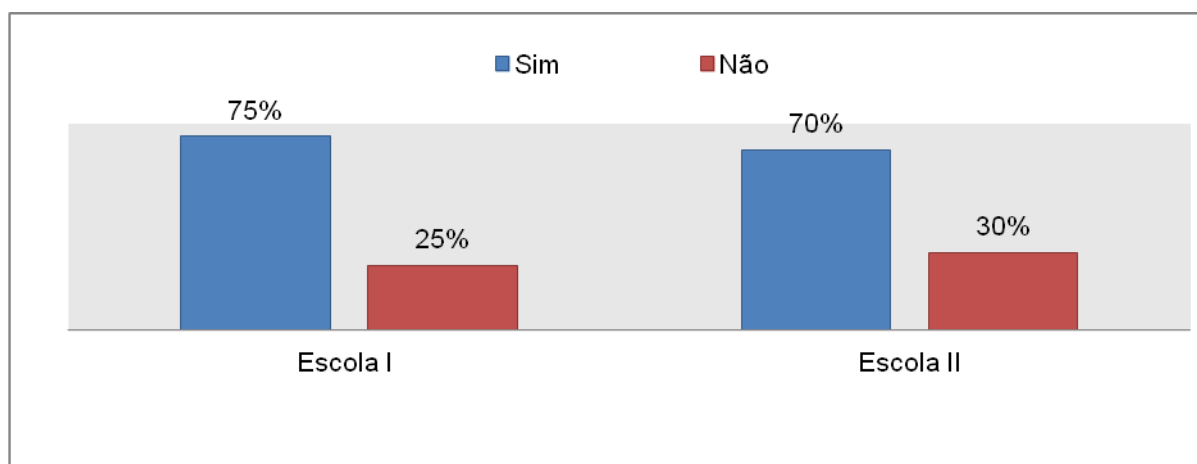
Observa-se no município de Formosa, uma crescente atuação dos profissionais da educação na proposta inclusiva. Assim, algumas características são relevantes para o entendimento da temática proposta para detectarmos o cumprimento ou não das leis, assim como a experiência do professor com a educação inclusiva e também como está a capacitação e infraestrutura das escolas, aspectos que contribuem para a realização de um ensino inclusivo de qualidade.

Portanto, no que refere ao contato ou experiência que os professores já tiveram ou têm com a Educação Inclusiva: o resultado do gráfico 01 mostra que nas Escolas I e II a maioria dos professores já teve ou têm algum contato ou experiência com a Educação Inclusiva.

O estudo comparativo mostra que na Escola I encontra-se um índice mais significativo de 75%, enquanto na Escola II temos um percentual de 70%. Os resultados tornam-se significativos na medida em que comprovam que cada vez mais as escolas estão sendo receptiva e acolhedora isso porque o número de escolas no município que abraça a proposta da inclusão é cada vez maior.



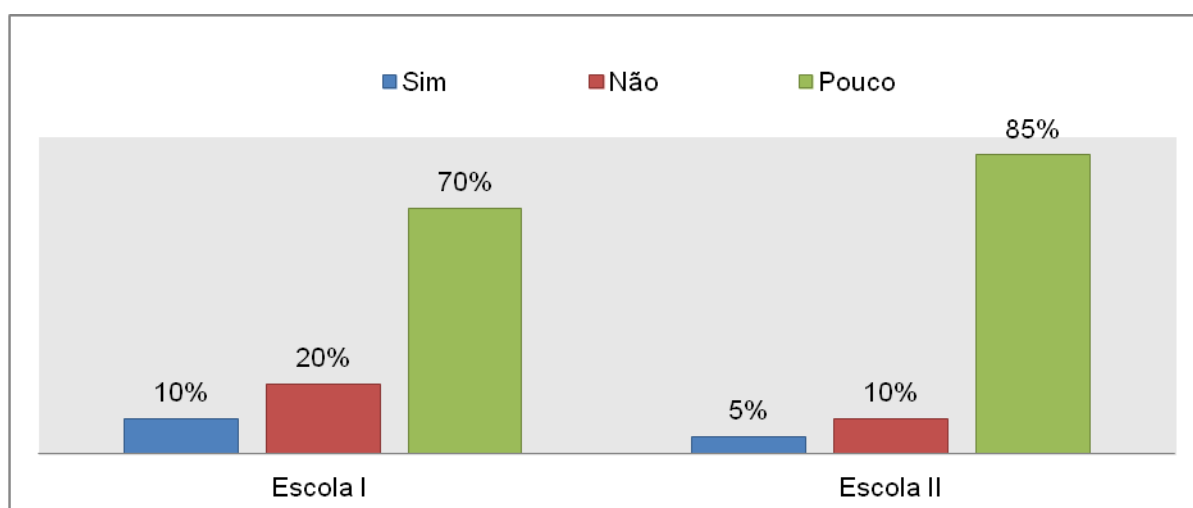
Gráfico 01 – Experiência e contato dos Professores com a Educação Inclusiva nas escolas municipais analisadas no ano de 2012



Fonte: Pesquisa realizada com professores das escolas municipais de Formosa - Goiás em 2012

O gráfico 02 traz para esta análise o oferecimento de formação especializada, capacitação e infraestrutura adequada nas escolas para garantir o acesso e a permanência aos alunos inclusivos.

Gráfico 02 – Percepção dos Professores das escolas municipais analisadas quanto ao oferecimento de formação especializada e infraestrutura adequada para os alunos inclusivos



Fonte: Pesquisa realizada com professores das escolas municipais de Formosa - Goiás em 2012.

Os resultados não são favoráveis, visto que grande percentual de entrevistados aponta para o pouco ou não cumprimento em relação à oferta de cursos de formação continuada (especialização e capacitação) do professor, como

também, a infraestrutura da escola pública para o atendimento aos alunos inclusivos. Segundo os profissionais são os próprios professores que devem assumir o tempo e os custos aos cursos de formação continuada, o que contribui para os baixos índices de capacitação dos professores.

O que acaba acontecendo é que o professor conscientemente assume que seus conhecimentos são poucos e reconhecem que a proposta teórico-metodológica é fundamental e que é preciso que o corpo docente esteja devidamente preparado.

Segundo Gracindo (2008, p.238), para atender as necessidades especiais do aluno de ensino inclusivo o município deve assegurar: “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior; para atendimento especializado; professores de ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns”.

Sabemos que a estrutura da escola inclusiva abrange a acessibilidade, a adaptações curriculares, recursos pedagógicos entre outros, que se refere também aos recursos materiais. É evidenciado que “[...] o município deve assegurar: currículos adequados, com conteúdos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas” (GRACINDO, 2008, p. 238).

A partir das percepções mencionadas pelos professores, às escolas analisadas, infelizmente, não possuem estrutura física adequada para a promoção de uma educação inclusiva nos padrões necessários, o que dificulta, segundo os docentes, a atuação enquanto agentes que promovem a inserção educacional e mergulho na diversidade humana.

De acordo com os parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil:

Dentre as necessidades dos usuários, destaca-se o conceito de escola inclusiva, isto é, ambientes planejados para assegurar acessibilidade universal, na qual autonomia e segurança são garantidas às pessoas com necessidades especiais, sejam elas crianças, professores, funcionários ou membros da comunidade. (MEC, p.9)

Dessa maneira, é indispensável que as escolas tenham infraestrutura apropriada para que a proposta educativa atinja seus objetivos. Não é fácil promover um ensino de qualidade em ambientes impróprios, evidentemente, é preciso de uma adequação para a garantia da prática educativa.

É preciso evidenciar o direito de educação a todos, mas é preciso incutir o espírito da diversidade e das especificidades humanas para a concretização de uma educação que seja incluyente, porém para isso acontecer é necessário investimento na formação docente e na estruturação das nossas escolas.

De acordo com Araújo e Hetkowski:

Através da inclusão é que as crianças especiais aprendem a gostar da diversidade, adquirir experiência direta com a variedade das capacidades humanas, demonstrar crescentes responsabilidades, melhorar a aprendizagem através do trabalho em grupo – com outros deficientes ou não e a ficarem mais preparadas para a vida adulta em uma sociedade diversificada entendendo que são diferentes, mas não inferiores. (2005, p.08).

É nessa perspectiva que a educação inclusiva possibilitará de forma mais ativa a interação e integração do aluno com o meio, ou seja, se socializar com os demais alunos e assim adquirir novos comportamentos e não se sentirem excluídos perante a sociedade.

Segundo a concepção de Sales *et al.*, (2004) existem dois aspectos fundamentais para o êxito da inclusão nas escolas: a formação do professor regente e o de apoio, e o ambiente de aprendizagem.

A capacitação é chave mestra para que possa promover o sucesso escolar dos envolvidos, pois sem o conhecimento de métodos corretos e adequados é complicado o educador promover ligação entre os conhecimentos, ou seja, a formação e capacitação do educador devem ser sólidas para uma atuação na educação inclusiva.

De acordo do Porto e Oliveira (2010), a atuação da educação faz parte de um processo e não de um estado.

A educação para todos, como processo contínuo dialético e complexo diz respeito a qualquer indivíduo que por direito a cidadania, deve frequentar escolas de boa qualidade, onde aprenda a aprender, aprenda a fazer, aprenda a ser, e onde participe ativamente porque a inclusão é um processo e não um estado. (p.28)

Portanto, são inúmeros os problemas a serem enfrentados, pois pouco se investe na formação do profissional inclusivo e na infraestrutura das escolas, impossibilitando um ambiente agradável para quem estuda e para quem ensina.

É comprovado através dos professores, agentes decisivos na implantação dessa proposta, que existem as leis que os amparam, porém muitas vezes, não saem do papel, isto é, não são realmente realizadas na íntegra o que dificulta a atuação do próprio profissional, ficando a mercê de um sistema que, infelizmente, é deficitário: “Não adiantam apenas leis, é necessário que se tenha uma visão ampla da realidade educacional do País” (ARAÚJO e HETKOWSKI, 2005, p.08).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa propiciou observar as visões dos educadores em relação à educação inclusiva nas escolas analisadas e permitem-nos dizer através da vivência, a que os profissionais estão submetidos a cada dia dentro das salas de aula, que são inúmeras as dificuldades a serem enfrentadas, pois as leis garantem uma educação inclusiva de qualidade, mas o que vemos realmente é o descaso consolidado, que contribui fortemente na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos de maneira geral.

Há uma visão similar entre os educadores das duas escolas avaliadas no que diz respeito ao contato com a educação inclusiva. É observado no período atual o destaque da educação inclusiva e não restam dúvidas que a mesma é um avanço

para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas. O ato de inserir-se reflete no próprio desenvolvimento da criança, além de contribuir para a quebra de paradigmas preconceituosos. Assim sendo, merece atenção especial para que possa realmente ser efetivada nas escolas de maneira responsável.

Nota-se que a inclusão vai além do simples ato de inserção, vai ao encontro de possibilidades para que as crianças desenvolvam suas potencialidades. A essencialidade dessa proposta educativa que visa, como já citado inúmeras vezes, uma educação para todos e de qualidade, além da busca da democratização do ensino.

A pesquisa e os resultados obtidos têm como proposta uma reflexão crítica, visando novos olhares para educação inclusiva no Município de Formosa - Goiás e para além dele. Sabe-se que a educação inclusiva já avançou no município desde a sua implantação, mas ainda tem muito que avançar para que de fato seja ofertada a todos uma educação renovadora e que atenda os anseios de todas as demandas. Como relata as Diretrizes da Educação Inclusiva (MEC, 2001), a construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático.

Como foi detectado por meio de diversas análises, o poder público deve propor medidas prudentes quanto a essa temática e dar suporte ao educador inclusivo e possibilitar melhores condições de trabalho e infraestrutura, para que assuma novos rumos à educação do município e assim contribua para a valorização da educação.

O caminho da inclusão é trilhado segundo a igualdade social, respeitando o direito e a pluralidade. Tal princípio reforça o papel da escola de modificar-se para atender a diversidade de culturas e necessidades especiais que lhe são impostas.

BUILDING AN EDUCATIONAL OVERTURE: CONCEPTIONS FROM EDUCATORS ABOUT INCLUSIVE EDUCATION IN FORMOSA – GOIÁS

Abstract: Communication forms one of the main barriers for the inclusion to happen on regular education, due to inner handicap when interacting with the learning object, the teacher and even the classmates. Minding the education's improvement on inclusion, the most important refers to the human resources. The progressive way that education has been coming through brings opportunities for the school to be able to work social and educational inclusion. The purpose of this research is to check, inside the reality of the teacher and his workplace, how does and its major problems are taking place, as knowing the dynamic of social class interactions in the regular school. Was required descriptive and qualitative search for achieving this goal, involving two schools and accounting thirty teachers. Detecting issues according to faculty and student reports to open new learning possibilities are as important as. It was observed that the main trouble faced when welding inclusion is related to the low-skilled occupational issue, as the poor infrastructure runs along with it. Data collected for this quest enabled a more critic vision regarding the effectuation of the inclusion purposing, beyond detecting efforts from educators for this implementation.

Keywords: Educational inclusion, Investments, Teacher training

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. S. S; HETKOWSKI, T. M. **Educação Inclusiva: o direito.** Recife: Editora Construir, 2005. Disponível: <<http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=980>>. Acesso: 09 out. 2012.

BRASIL. Constituição. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Planalto, 1996.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação básica. **Parâmetro básico de infraestrutura para instituições de educação infantil.** Encorte I. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica.** Secretaria de educação especial. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. *Lei nº. 7.853*, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e outros assuntos. Brasília: Planalto, 1989.



GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRACINDO, R.V. **Sistemas municipais de ensino**: limites e possibilidades. In. I. BRZEZINSKI (ORG.). São Paulo: Cortez, 2008.

MARSIGLIA, G.M.R. **Orientações Básicas para a Pesquisa**. Disponível: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-1.pdf>. Acesso em: out. 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo, SP: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**- Contextos sociais. Porto Alegre; Editora Artimed, 2000.

PORTO, M. D; OLIVEIRA, M. D. M. **Educação inclusiva**: concepções e práticas na perspectiva de professores. Brasília: Editora Aplicada, 2010.

SALLES, H.M.M.L; FAULSTICH, E; CARVALHO, O.L; RAMOS, A.A.L. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004 (Vol. 1 - caminhos para a prática pedagógica)

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 12 out. 2012.

Recebido: 08/07/2013

Aprovado: 03/03/2014